



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E  
TRADICIONAIS**

**REQUERIMENTO N.º , de 2026**  
(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o fortalecimento da educação escolar indígena, intercultural, bilíngue e diferenciada na Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública para debater os desafios, avanços e perspectivas da educação escolar indígena e intercultural na Amazônia, visando ao fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas aos povos originários e comunidades tradicionais.

Para tanto, propõe-se sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministério da Educação;
- Ministério dos Povos Indígenas;
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;
- Conselho Nacional de Educação;
- Universidade Federal do Amapá – UNIFAP;
- Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB;
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

**Justificativa**

A Constituição Federal reconhece aos povos indígenas o direito à preservação de suas organizações sociais, línguas, costumes, tradições e formas próprias de aprendizagem. A educação escolar indígena representa importante instrumento para assegurar esses direitos, promovendo ensino intercultural, específico, diferenciado, bilíngue e comunitário, em consonância com os princípios constitucionais e com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Embora importantes avanços tenham ocorrido nas últimas décadas, persistem desafios estruturais relacionados à infraestrutura escolar, formação e valorização de professores indígenas, produção de materiais didáticos específicos, transporte escolar, conectividade, permanência dos estudantes e oferta de ensino médio e educação superior nos territórios indígenas.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Em diversas localidades amazônicas, as grandes distâncias geográficas e as dificuldades logísticas dificultam o funcionamento regular das escolas, comprometendo o calendário letivo e reduzindo as oportunidades educacionais de milhares de crianças, adolescentes e jovens indígenas. Soma-se a isso a necessidade de assegurar currículos que respeitem as identidades culturais, os conhecimentos tradicionais, as línguas originárias e as formas próprias de organização social de cada povo.

A valorização da educação intercultural constitui elemento estratégico para a preservação da diversidade cultural brasileira e para a construção de políticas públicas capazes de conciliar desenvolvimento, inclusão social e proteção dos conhecimentos tradicionais.

A audiência pública permitirá reunir representantes do poder público, universidades, organizações indígenas, pesquisadores e educadores para avaliar os desafios existentes e propor medidas voltadas ao fortalecimento da educação escolar indígena, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adequadas à realidade amazônica.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2026.

**Dorinaldo Malafaia**  
Deputado Federal – PDT/AP

